

## GOVERNO SACODE NITROFURANO DO CAPOTE

A "irresponsabilidade" política do ministro da Agricultura e o "desprezo" com que a maioria de direita tem tratado os direitos dos consumidores, mantendo-os na ignorância sobre a presença de substâncias prejudiciais à saúde em aves que compõe a dieta diária dos portugueses, o que degenera num clima de medo e insegurança na qualidade alimentar nacional, foram denunciados veementemente por Acácio Barreiros na Assembleia da República.

► Página 8



### INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

## PS CONTRA DESINVESTIMENTO NA CIÊNCIA E NA TECNOLOGIA

O projecto de lei socialista que visava a concessão de incentivos fiscais às empresas que apostassem na investigação e no desenvolvimento foi chumbado com os votos da maioria de direita. Fica assim preterida uma estratégia capaz de fomentar a competitividade e a produtividade empresariais, em favor de uma política que reincide na visão errada sobre os factores que promovem o desenvolvimento do País.

► Página 7

## AUMENTO BRUTAL DOS CUSTOS DA LPM

O brutal aumento de custos devido à redução do período de "leasing" na aquisição de material militar é o aspecto mais negativo da proposta de lei do Governo em matéria de Lei de Programação Militar (LPM), já que no resto o diploma segue a mesma estrutura do aprovado na anterior legislatura com os votos do PS e do PP.

► Página 8

### ANA GOMES

## GUERRA CONTRA O IRAQUE DEIXARÁ MUNDO MAIS PERIGOSO

► Página 12

### FUTURO DA EUROPA

## MAIS DE 1100 EMENDAS PARA A CONSTITUIÇÃO EUROPEIA

► Página 13

# A SEMANA REVISTA

Ferro Rodrigues presidiu no passado sábado ao encerramento da Convenção Autárquica de Vila Real de Santo António.

Ana Gomes ao discursar em representação do PS no comício a favor da Paz, na Aula Magna, do passado sábado, desafiou o ministro da Defesa a esclarecer porque optou pelo consórcio Lockheed-Martin em vez do Airbus para a compra de aviões para a Força Aérea, Mário Soares, uma das figuras que mais se tem destacado neste movimento, foi o último dos oradores do encontro.

Ferro Rodrigues sublinhou que não pode haver verdadeira justiça sem haver justiça social, no debate mensal com o primeiro-ministro,

Realizou-se na passada quarta-feira a reunião semanal do Secretariado Nacional do PS.

Pedida pelo PS, a maioria de direita rejeitou a realização de uma audição parlamentar sobre o caso do nitrofurano nos frangos.

Marques Júnior denunciou que a Lei de Programação Militar proposta pelo Governo significa um brutal aumento dos custos devido à redução do período de "leasing".

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

## O SOPRO DE PAULO

ANTONIO COLAÇO

"Nossa Senhora foi mais forte que alguns sectores que sopravam a mancha do *Prestige* para que cá chegasse!"

*Visão*, 27/02/2003



EDITORIAL

# UMA POLÍTICA CONTRA A JUVENTUDE

O Governo da direita começou por tomar emblematicamente uma medida contra os jovens: o fim do crédito bonificado à habitação. Desde então, nunca mais deixaram de ser os jovens um dos sectores sociais mais penalizados pela política da actual maioria. A sanha chegou ao ponto de se pretender arbitrariamente proibir aos menores de 25 anos o acesso a um direito social básico, o direito ao rendimento mínimo garantido. A inconstitucionalidade de tal pretensão foi evidenciada pelo Tribunal Constitucional, mas mesmo assim a direita preferiu lavar no mesmo erro, fazendo aprovar pequenas alterações toscas ao diploma que instituiu o Rendimento Social de Inserção, que não corrigem, antes agravam, discriminações injustas.

Naturalmente, o congelamento cego de novas admissões na Função Pública prejudica sobremaneira os jovens. Mas prejudicam-nos, sobretudo, as intenções de limitar os direitos dos trabalhadores e desregular a favor do patronato as relações de trabalho, que estão agora em questão no Parlamento, em sede de discussão na especialidade da proposta de Código do Trabalho. Ainda recentemente, e de forma escandalosa, a maioria chumbou o projecto de lei apresentado pelo Partido Socialista, e que garantiria o direito a horas de formação para os jovens empregados, isto é, que poria em prática o que foi unanimemente subscrito pelos parceiros sociais, no acordo de concertação celebrado em Fevereiro de 2001 – e que este governo não está a cumprir.

Agora, está posto na ordem do dia, pelo Governo, o aumento das propinas no ensino superior público. Foi, aliás, a única coisa que até agora disse o primeiro-ministro em matéria de política para o ensino superior. Mas está posto contra o interesse dos estudantes e das instituições. O que é simples de explicar.

O montante das propinas não é, para o PS como para a generalidade dos observadores, uma questão fechada. É, até, possível argumentar consistentemente a favor de soluções mistas de financiamento que incorporam, ao mesmo tempo, a manutenção ou mesmo o aumento das transferências do Estado para o funcionamento corrente das escolas, o aumento do valor das propinas pagas pelos estudantes, a intensificação da acção social escolar para estudantes do ensino superior público e privado e a montagem de sistemas de empréstimo que permitam, no limite, que um aluno possa fazer todo o seu curso superior sem pagar qualquer propina, vindo depois, se e quando empregado, a reembolsar o empréstimo que recebeu, beneficiando para o efeito de juro bonificado. O que não se pode admitir é outra coisa, justamente aquela que o actual Governo declara querer: aumentar as propinas como compensação para a diminuição do financiamento público ao funcionamento das universidades e politécnicos. O Programa de Estabilidade e Crescimento que o Governo aprovou (e a que o PS, neste e noutros pontos, se opôs) define, de facto, como um dos pressupostos do equilíbrio orçamental o crescimento nominal nulo das transferências do Estado, até 2006: quer dizer, um corte brutal no valor real destas transferências. É como compensação deste corte que pretende aumentar as propinas: não para criar folga financeira para melhorar as condições de acesso de todos os estudantes ao

ensino superior, mas sim para fazer-lhes pagar a factura do desinvestimento público no sector.

Jovens estudantes e jovens trabalhadores têm, portanto, amplas razões para resistirem à política deste Governo, aliás, que parou praticamente a acção dos organismos vocacionados para o apoio à juventude: a Secretaria de Estado da Juventude e do



AUGUSTO SANTOS SILVA

*Augusto Santos Silva*

**Um Governo, aliás, que parou praticamente a acção dos organismos vocacionados para o apoio à juventude: a Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto só tem a juventude no nome, de resto o titular só fala sobre desporto. Causas que dizem, justamente, muito aos jovens e às suas organizações sofreram recuos e contra-reformas inadmissíveis: veja-se o que está a acontecer à luta contra a droga, à educação para a saúde reprodutiva, à promoção da paridade, à promoção da participação associativa.**

Desporto só tem a juventude no nome, de resto o titular só fala sobre desporto. Causas que dizem, justamente, muito aos jovens e às suas organizações sofreram recuos e contra-reformas inadmissíveis: veja-se o que está a acontecer à luta contra a droga, à educação para a saúde reprodutiva, à promoção da paridade, à promoção da participação associativa.

Os jovens em nada beneficiaram com este Governo. A juventude está fora do centro de preocupações deste Governo. Vamos dar-lhe a resposta que ele merece?



JORGE SAMPAIO

# NEM TUDO É PRIVATIZÁVEL

O papel regulador do Estado em áreas como a Saúde e a Segurança Social deve ser repensado. Esta foi a posição defendida pelo Presidente da República, que alertou para o risco de uma privatização de serviços de interesse geral vir a fazer-se “à custa dos direitos e legítimas expectativas dos cidadãos”.

As tendências de liberalização de sectores e actividades vieram “reforçar a necessidade de criação de mecanismos regulatórios que protejam os cidadãos e os consumidores”, referiu Jorge Sampaio para quem não se pode “cair no erro de pensar que tudo é privatizável ou que a regulação é uma panaceia universal”.

Sampaio, que falava na abertura das Jornadas do Centro Europeu de Empresas com Participação Pública e/ou de Interesse Económico Geral (CEEP), que ontem começou em Coimbra, afirmou que há questões na prestação de serviços de interesse geral que “exigem proximidade dos cidadãos e reinvenção da administração pública”, advertindo que alguns problemas “não se resolvem subvertendo os princípios do serviço público e do modelo social europeu”.

DEFESA

# MARQUES JÚNIOR CRITICA AUMENTO BRUTAL DOS CUSTOS DA LPM

**O brutal aumento de custos devido à redução do período de “leasing” na aquisição de material militar é o aspecto mais negativo da proposta de lei do Governo em matéria de Lei de Programação Militar (LPM), já que no resto o diploma segue a mesma estrutura do aprovado na anterior legislatura com os votos do PS e do PP.**

Marques Júnior teceu duras críticas ao despesismo patente na proposta de LPM apresentada pelo Governo no Parlamento, salientando que a redução do período de ‘leasing’ significa “um aumento brutal dos custos anuais da LPM a partir de 2006”, bem como o “eventual abandono dos programas militares em parceria, opção que não pode medir-se simplesmente pelo custo dos equipamentos a adquirir sem ter em conta o emprego de alta tecnologia criados e a fixação, no nosso país, de actividades de elevado valor acrescentado”.

Na intervenção na Assembleia da República durante o debate da proposta de revisão da LPM em que pôs a nu as contradições do PSD nesta matéria, o deputado do PS referiu que a estrutura fundamental da LPM mantém-se na proposta de revisão apresentada pelo Governo, incluindo a arquitectura financeira com recurso ao “leasing” operacional, “que tão criticado foi pelo PSD a ponto de pôr em causa o necessário investimento na modernização das Forças Armadas que o próprio PSD, em teoria, defendia”.

E recordou, a propósito, que “o PSD apoiou os programas de reequipamento inscritos na referida lei, mas repudiou a engenharia financeira o que o levou a votar contra”.

Sem querer “introduzir nenhum elemento perturbador”, Marques Júnior lembrou as posições da ministra Manuela Ferreira Leite, então deputada, a propósito do modelo de financiamento da LPM, “que é igual ao que hoje discutimos”.

Na altura, recordou o deputado do PS, Manuela Ferreira Leite “considerou que a proposta de lei era a maior provocação que algum dia, um governo apresentou à Assembleia da República”.

Assim, referiu Marques Júnior, “era pois suposto que a lei agora em discussão tivesse uma proposta de financiamento completamente diferente, mas a verdade é que o modelo de financiamento é rigorosamente igual”.

Neste contexto, o deputado socialista sublinhou que perante este modelo de financiamento “há dois sentidos de voto que se mantêm, o PS e o PP que concordaram com a estrutura da lei, e o voto do PSD e, em particular, da ministra das Finanças, que não



concordando votou agora favoravelmente. E logo uma lei destas!” ...

Na sua intervenção, Marques Júnior salientou que a proposta de revisão da LPM apresentada pelo Governo “corresponde, no essencial, à LPM aprovada na legislatura anterior apoiada pelo Partido Socialista e pelo PP, destacando como aspectos positivos “a manutenção dos principais programas de equipamento”; “a utilização de uma visão integrada dos programas de reequipamento, em vez de

justapar os pedidos dos diferentes ramos; e “a manutenção do programa dos submarinos, embora reduzindo o seu número, de três para dois”.

Referindo que “algumas explicações nos deixam dúvidas relativamente às opções tomadas”, Marques Júnior salientou que essas dúvidas reforçam-se “quando não há qualquer informação, relativamente aquelas que não foram objecto de qualquer explicação”. Ou seja, adiantou, “quando o ministro da Defesa

dá explicações sobre alguns programas dos quais discordamos o que é que se passará relativamente aqueles que ignoramos”

## Déficé de informação

Há pois, segundo referiu, “uma grande falta de informação relativamente à proposta de lei, agora em discussão, e que consideramos essencial para descodificar e analisar a credibilidade dos programas inscritos nesta proposta de lei”

E, a título de exemplo, apontou algumas informações que considerou essenciais, tais como saber “qual é o grau de execução da LPM”, “que programas estão iniciados”, “que calendarização existe?”, “que compromissos financeiros e outros estão assumidos” e “que programas estão ou não em causa”.

Para Marques Júnior, estas são, pois, “algumas questões que são essenciais para ter uma ideia clara da proposta apresentada e permitir aferir a sua credibilidade política”.

Na sua intervenção, Marques Júnior considerou ainda que “as questões da Defesa Nacional são de tal modo importantes que requerem de todos nós um esforço acrescido no sentido de subordinar as questões partidárias ao interesse nacional”, acrescentando que a proposta de lei em discussão “é absolutamente essencial para garantir a existência das Forças Armadas, mas esta é simplesmente uma das faces da moeda. A questão do pessoal, em todas as suas dimensões, é a outra face e não pode, igualmente ser ignorada, caso contrário de nada serve pensarmos no reequipamento das Forças Armadas. Sem pessoal e pessoal bem instruído e motivado de nada serve o material”.

## LPM

# SAMPAIO DEFENDE CLAREZA NAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS

O Presidente da República, Jorge Sampaio, apelou a uma “reflexão serena” sobre a estratégia de reequipamento militar, defendendo o reforço “da componente comum” das políticas dos Estados-membros da União Europeia.

Numa mensagem enviada à Assembleia da República, lida por Mota Amaral no debate sobre a Lei de Programação Militar (LPM), Sampaio defendeu “clareza nas opções estratégicas” e “realismo na definição do reequipamento possível das Forças Armadas”.

Sem se referir directamente à decisão de Paulo Portas de abandonar a participação portuguesa no consórcio europeu para a construção do Airbus de transporte militar, o Presidente da República frisou no entanto que no campo da política externa e de defesa da UE “a tendência de fundo é no sentido do reforço da componente comum dessas políticas”.

Jorge Sampaio sustentou ainda que “os constrangimentos financeiros do País só vêm reforçar a necessidade de escolher criteriosamente o caminho a percorrer” e considerou desejável que as opções definidas da LPM sejam fiscalizadas com rigor.



FRANGOS COM NITROFURANO

# GOVERNO NÃO PODE SACUDIR A ÁGUA DO CAPOTE

**A “irresponsabilidade” política do ministro da Agricultura e o “desprezo” com que a maioria de direita tem tratado os direitos dos consumidores, mantendo-os na ignorância sobre a presença de substâncias prejudiciais à saúde em aves que compõe a dieta diária dos portugueses, o que degenera num clima de medo e insegurança na qualidade alimentar nacional, foram denunciados veementemente por Acácio Barreiros na Assembleia da República.**

Aliás, a bancada socialista já requereu um debate de urgência sobre a descoberta do uso de nitrofurano em explorações avícolas nacionais para que o Governo fale claro aos cidadãos e o ministro da tutela assuma a responsabilidade política da situação.

Falando ontem no plenário parlamentar no período de antes da ordem do dia, o deputado Acácio Barreiros considerou “escandaloso” que o titular da pasta da Agricultura tenha “sacudido a água do capote”, remetendo todas as responsabilidades no caso para o antigo director-geral de Veterinária, Francisco Reis. “O ministério tinha conhecimento desde Outubro do ano passado da presença de nitrofuranos na carne de aves e escondeu essa informação aos portugueses”, denunciou, sublinhando que durante pelo menos quatro meses os cidadãos consumiram quantidades elevadas de produtos avícolas contendo substâncias cancerígenas, “com perfeito conhecimento do ministro da Agricultura e sem que nada tenha sido feito para defender a saúde pública”.

Barreiros, que já ocupou o cargo de secretário de Estado da Defesa do Consumidor, acentuou que Sevinate Pinto está a fugir às responsabilidades e não apresenta qualquer solução para “um problema de saúde pública com uma dimensão preocupante”, contribuindo para criar um “clima de intranquilidade e medo”. “Final ficámos a saber que o senhor ministro não é o primeiro responsável pelo que se passa no Ministério da Agricultura. Se calhar só é responsável por aquilo que corre bem e perante a primeira situação difícil logo corre a esconder-se por detrás de um qualquer funcionário”, observou o deputado socialista.

Acácio Barreiros não deixou passar a oportunidade para denunciar o que considerou ser o “desprezo” da direita pelos direitos dos consumidores, “incapaz que é de os entender como um valor de cidadania”.

“É por isso que ninguém sabe se existe alguém neste Governo responsável por esta área e o que é que tem feito”, frisou, criticando o silêncio do ministro adjunto de Durão Barroso



e do titular da pasta da Economia.

Firmes no propósito de fazer com que o Executivo cumpra a suas obrigações de autoridade sanitária, o PS propôs também, além do debate de urgência, audições públicas de várias entidades, ao nível da Comissão Parlamentar de Agricultura, por forma a possibilitar um diagnóstico mais aprofundado da situação. Porém, as referidas audições já foram impossibilitadas pelo voto contra das bancadas do PSD e do CDS/PP.

Acácio Barreiros reiterou ainda a exigência do PS para que sejam revelados os nomes das explorações avícolas que se encontram sob sequestro e as marcas em causa, por entender que o consumidor tem direito a saber quais são e por considerar que esta é uma medida administrativa e, como tal, não está ao abrigo do segredo de justiça.

O deputado socialista defende que o Governo “deve fazer uma campanha a sério” para garantir a qualidade da produção avícola e evitar que se instale entre os consumidores uma atitude de desconfiança.

“Têm de ser tomadas atempadamente as medidas adequadas, pois a situação exige transparência, determinação e grande capacidade de intervenção”, concluiu.

### Qualidade alimentar sem garantias

Recorde-se que no passado dia 26 de Fevereiro o Ministério da Agricultura emitiu um comunicado onde dava a conhecer a existência de uma substância proibida (nitrofurano) em 43 aviários portugueses.

A Direcção-Geral de Veterinária tinha procedido

à recolha de 167 amostras no sector avícola que vieram a mostrar a utilização de nitrofurano na produção de frangos, perus e codornizes. O Laboratório Nacional de Investigação Veterinária analisou as amostras e detectou a presença da substância proibida em 82 casos. Por fim, o Ministério da Agricultura colocou em sequestro as explorações em causa para impedir que estas possam introduzir no mercado os seus produtos até que seja conhecido o resultado de novas análises.

A confirmar-se a contaminação, cerca de 1,2 milhões de aves deverão ser abatidas, mas, para já, é impossível assegurar que animais com nitrofuranos não tenham chegado anteriormente aos supermercados.

Apesar disso, o Ministério da Agricultura recusa-se a revelar quais as explorações implicadas e quais as marcas que comercializam as suas aves. O nitrofurano é um anti-bacteriano muito potente que, acumulado no organismo humano, pode ser cancerígeno.

Desde 1994 pertence à lista de substâncias que não podem ser usadas na União Europeia na produção de animais, mas alguns produtores de aves usam ilegalmente este produto para prevenir doenças e, por vezes, para promover o seu crescimento.

O caso de Portugal já foi comunicado à Comissão Europeia, que considera a descoberta do uso desta substância cancerígena “preocupante”. Entretanto, o ministro da Agricultura não dá garantias de que a carne de frango actualmente à venda seja saudável.

O receio de que aves contaminadas com a substância cancerígena proibida tivessem entrado no circuito comercial, algumas delas há seis meses, é confirmado pelo director-geral

de Veterinária.

Carlos Agrela Pinheiro disse que algumas das amostras foram recolhidas nas explorações avícolas em Junho, Julho e Agosto de 2002. Ora, um frango pode demorar menos de 40 dias a ser produzido (desde que nasce até que entra no mercado). Por isso, o responsável admite “que muitas das aves das explorações onde foi detectada a substância proibida entraram no mercado, tal como terão entrado no passado”. Pinheiro considera ser “preciso alterar esta situação” mediante “mais e melhor fiscalização”.

Neste contexto, o PS quer que o Governo explicitamente que meios têm os organismos da área da fiscalização alimentar para fazer face a situações como esta.

A recusa do Ministério da Agricultura em fornecer os nomes dos aviários implicados e as marcas que comercializam as aves afectadas não permite perceber se a crise do nitrofurano alastra por todo o País ou se é um caso circunscrito.

A Federação de Comerciantes de Carne exortou o tutela a divulgar publicamente quem utiliza substâncias proibidas na produção animal para que não seja posto em causa todo o sector.

Por outro lado, a própria Ordem dos Médicos Veterinários pediu mais fiscalização para evitar a utilização de substâncias proibidas.

O bastonário, Jaime Menezes, lembra ainda que já propôs um novo modelo de receita médica veterinária que poderá também ajudar a evitar a leviandade na administração de antibióticos, uma vez que estes prejudicam a saúde humana por diminuírem as resistências do organismo.

OBRAS PÚBLICAS

# PS EXIGE ESCLARECIMENTOS SOBRE SUSPEITAS DE CORRUPÇÃO NO PORTO DE SINES

O PS exige que o ministro das Obras Públicas dê “informações exaustivas” sobre o caso de alegada corrupção na administração do Porto de Sines.

Os deputados Alberto Antunes, Ana Catarina, Paulo Pedroso, Eduardo Cabrita, Joel Hasse Ferreira, Vítor Ramalho e Maria Santos querem que Valente de Oliveira esclareça também se, confirmando-se a suspeitas, pretende ou não suspender a actual administração e auditar a sua acção.

Em requerimento entregue à mesa da Assembleia da República na passada quinta-feira, os parlamentares de Setúbal recordam que o canal de televisão SIC divulgou recentemente, nos seus principais serviços noticiosos, duas reportagens que põem em causa a acção da administração do Porto de Sines.

“Numa das peças diz-se mesmo que a administração da APS está sob suspeita de corrupção”, frisam os deputados, lembrando



ainda que na base da polémica está “a adjudicação directa de um parecer, cujo custo pode atingir 600 mil euros, sobre um putativo pedido de indemnização de 27 milhões de euros que, afinal, o Gabinete Jurídico do próprio porto dera como improcedente no passado”.

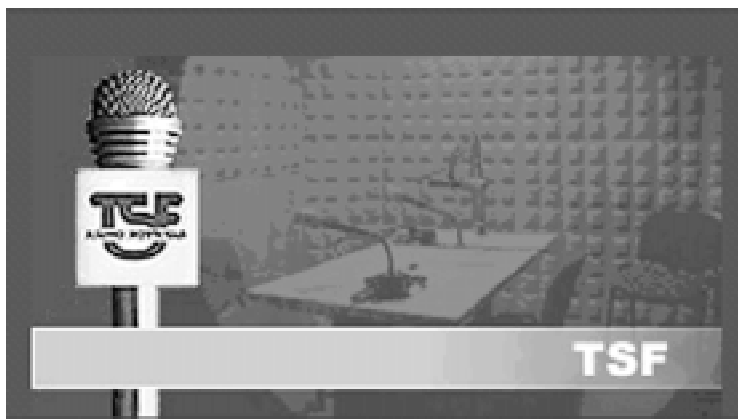
Uma segunda notícia revelaria que o assunto em apreço dizia respeito à desactivação do terminal de Carga Geral, facto que obrigaria os clientes do porto a utilizar um outro já concessionado a uma empresa “cometendo-lhe, assim, o monopólio das operações portuárias e defraudando outros investidores existentes que, deste modo, veriam alteradas as regras de concorrência e lealdade”.

Considerando que, neste contexto, “não é possível deixar passar em claro a gravidade dos factos em questão” os deputados de socialistas de Setúbal garantem que, a confirmarem-se, exigirão uma “intervenção determinada e imediata do Governo”.

M.R.

COMUNICAÇÕES

## ENCERRAMENTO DA TSF ONLINE GERA MAIOR DESPEDIMENTO NO SECTOR



O ministro da Economia deve esclarecer as diligências que efectuou para evitar o possível encerramento da TSF Online, que pertence à PT Multimédia, na qual o Estado tem poderes estatutários. Esta a exigência feita pelo PS num requerimento subscrito pelos deputados Arons de Carvalho e Augusto Santos Silva.

Os parlamentares referem que o encerramento da TSF Online poderá configurar “o maior despedimento no sector”, tendo “graves consequências na criação de conteúdos portugueses na Internet.

Segundo Arons e Santos Silva, a TSF Online produz conteúdos para o maior portal português - o Sapo - para a Netcabo, TSF, página online do “Diário de Notícias”, TMN e televisão interactiva da TV Cabo.

“Permite ainda a audição da TSF Rádio em todo o mundo”, tendo o seu site “uma média de 500 mil” utilizadores, lembram no requerimento acrescentando que, apesar de considerar 2003 como o ano da banda larga e da Sociedade de Informação, a Portugal Telecom prepara-se para extinguir um dos mais importantes veículos de conteúdos portugueses na Net.

REESTRUTURAÇÃO CONSULAR

## SOCIALISTAS DEFENDEM ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS

O deputado do PS pelo Círculo da Europa, Carlos Luís, manifestou-se “contra o facto de os membros dos Conselhos Consultivos [das Áreas Consulares] serem nomeados e não eleitos como no Conselho das Comunidades Portuguesas CCP”.

A criação dos Conselhos Consultivos “vem no sentido da nomeação, que sempre foi o apanágio do PSD”, disse o parlamentar socialista, para quem o secretário de Estado das Comunidades “é avesso a estruturas democráticas e eleitas nas comunidades portuguesas” e “gosta de nomear e distribuir cargos para se servir desses cargos para as políticas negativas que tem implementado nas comunidades portuguesas”.

José Cesário “tem-se dado muito mal com um conselho democrático eleito, como tal quer criar uma estrutura que vá ao encontro do seu interesse”, afirmou Carlos Luís.

Recorde-se a criação dos Conselhos Consultivos das Áreas Consulares insere-se no que o Executivo de direita chama de reestruturação consular.

Em Dezembro passado apresentaram-se os Conselhos Consultivos como órgãos de apoio e de acompanhamento da acção consular, sendo compostos pelas “principais figuras das respectivas comunidades, com destaque para os conselheiros das comunidades portuguesas, dirigentes associativos, titulares de órgãos políticos locais de nacionalidade portuguesa e jovens luso-descendentes”.

A polémica reside no facto destas figuras serem nomeadas pelo Governo e de o secretário de Estado ter pedido aos conselheiros, a 11 de Fevereiro passado, que dessem um parecer sobre esta questão.



DEBATE MENSAL

# FERRO EXIGE MUDANÇA URGENTE NA POLÍTICA SOCIAL E ECONÓMICA

O secretário-geral do PS reclamou do Governo uma “urgente” mudança na política social e económica, mas Durão Barroso recusou, encapotando com mais promessas para a justiça as injustiças que se vão impondo no quotidiano dos portugueses.

“O senhor primeiro-ministro tem o direito de trazer a questão do sistema de justiça para este debate, mas em Portugal não pode haver verdadeira justiça se não houver justiça social”, defendeu Ferro, procurando alertar parlamentares e governantes para a grave crise económica que o País vive.

“Portugal não compreenderia se não tivesse uma palavra sobre este clima de recessão, quebra de confiança económica e desemprego”, alertou o líder socialista, explicando que, “mais importante do que uma legislação sobre falências é a criação de condições para que as empresas não encerrem”.

O problema da guerra foi levado ao plenário por Ferro Rodrigues que, logo na primeira série de perguntas, questionou Durão sobre qual a posição que apoiava no debate sobre



o Iraque no Conselho de Segurança da ONU, isto é se era a favor da propostas franco-alemã ou se defendia a dos Estado Unidos, Inglaterra e Espanha: Todavia, o primeiro-ministro furtou-se a responder com clareza, afirmando apenas que “Portugal apoia uma segunda resolução das Nações Unidas”.

Já no encerramento do debate, quando Durão fez, como é hábito, a culpabilização do PS por tudo o que de mau acontece em Portugal, o líder da bancada parlamentar socialista, António Costa, pediu a palavra para dizer ao primeiro-ministro que tinha de escolher.

“Os portugueses querem saber é quando é que se decide a assumir a responsabilidade pela governação” rematou Costa.

Em relação às matérias de Justiça levadas a debate pelo primeiro-ministro, Ferro Rodrigues frisou que os governos do PS já sobre elas tinham feito um “trabalho relevante”, não tendo, no entanto, enfeitado as propostas do Executivo, dada a concordância com os princípios anunciados quer para a adopção quer para a lei das falências.

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

# PS CONTRA DESINVESTIMENTO NA CIÊNCIA E NA TECNOLOGIA

O projecto de lei socialista que visava a concessão de incentivos fiscais às empresas que apostassem na investigação e no desenvolvimento foi chumbado com os votos da maioria de direita.

Fica assim preterida uma estratégia capaz de fomentar a competitividade e a produtividade empresariais, em favor de uma política que reincide na visão errada sobre os factores que promovem o desenvolvimento do País.

Neste sentido, durante o debate parlamentar da passada quinta-feira, o deputado Augusto Santos Silva reiterou a necessidade de se apostar na formação e qualificação de investigadores, bem como na inovação.

É que, deixar esmorecer o esforço nacional em ciência e tecnologia, realizado sobretudo durante os seus anos de governação do PS, constituía, segundo Santos Silva, “um recuo dramático” na política de progresso e modernização nacional.

“A questão que está aqui colocada não é, portanto, de menos. É uma alternativa politicamente muito séria entre visões de desenvolvimento e futuro”, advertiu o deputado. Segundo Augusto Santos Silva, o Parlamento devia manifestar claramente o seu apoio a um



“uso articulado dos apoios financeiros”, apostando numa gestão “inteligente e economicamente útil dos benefícios fiscais em sede de IRC”.

A ideia de que é preciso perceber a ligação entre fiscalidade, justiça social e incentivo à iniciativa foi também defendida pelo deputado do PS

Eduardo Cabrita, para quem “a política tributária não tem por finalidade única a arrecadação de receitas”, servindo igualmente “objectivos de promoção da equidade e de desenvolvimento de estratégias de promoção da competitividade”.

Recorde-se que o projecto de lei apresentado

pela bancada socialista valorizava, actualizava e alargava o regime de incentivos fiscais às despesas em investigação e desenvolvimento instituído em 1977, criando também um prémio fiscal à inovação, por forma a acentuar a participação do sector privado na investigação tecnológica e promover a ligação ao mercado. Estas medidas, que já constavam do último programa eleitoral do PS, e que agora a grupo parlamentar pretendia concretizar, tornam-se “ainda mais necessárias”, na opinião de Cabrita, dada a conjuntura de recessão económica que o País vive.

“O projecto que apresentamos concentra benefícios fiscais em sectores inovadores com um efeito multiplicador da actividade económica, de estímulo à qualificação e à criatividade”, explicou o deputado, concluindo que a “notável evolução dos últimos anos em que a investigação científica tem estado ao serviço da qualidade de vida dos portugueses”, deveria ser “um factor de orgulho e de esperança nestes tempos em que o Governo parece querer mergulhar os cidadãos na depressão e numa crise de autoestima colectiva”.

MARY RODRIGUES

**UISEU**

## FERNANDO GIRÃO PRETENDE PENDOR MAIS CULTURAL PARA A CONCELHIA

O antigo coordenador da Sub-Região de Saúde de Viseu, Fernando Girão, anunciou que vai candidatar-se à liderança da Comissão Política Concelhia de Viseu do PS, por sentir que reúne consenso dentro do partido.

Em conferência de Imprensa destinada a dar a conhecer as principais propostas da sua candidatura, Fernando Girão disse ter como grande objectivo “dar outra faceta à Comissão Política Concelhia, um pendor mais cultural, para que se imponha pela qualidade, sem prejuízo de continuar a percorrer o concelho e a procurar as pessoas”.

“Mas se andarmos de sítio em sítio e levarmos uma mensagem que seja pobre, as pessoas recebem-nos mas ficam pobres”, frisou.

“Qualidade e inovação” é, por isso, a “receita” que espera pôr em prática para conseguir “abalar” a fortaleza que é o PSD no concelho de Viseu.

Segundo Fernando Girão, apesar de não estar nos seus “horizontes próximos” a possibilidade de se candidatar à Concelhia do PS, os muitos apoios que recebeu de dentro do partido levaram-no a avançar. “Penso que tenho a maioria das pessoas comigo”, acrescentou.



**FRO**

## CASIMIRO RAMOS DESISTE DA CANDIDATURA À LIDERANÇA DA FEDERAÇÃO

Casimiro Ramos desistiu da sua corrida à liderança da Federação Regional do Oeste (FRO), por não ter conseguido reunir o mínimo de apoios necessários para concorrer às eleições.

Em comunicado, o ex-deputado socialista informou que não conseguiu alcançar o objectivo de nos “80 subscritores estarem representados de forma significativa militantes de todos os concelhos da FRO”.

Os concelhos que integram a Federação do Oeste do PS são Torres Vedras, Alenquer, Lourinhã, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos e Cadaval.

Casimiro Ramos chegou a apresentar em conferência de Imprensa a sua estratégia para a Federação que passava por conseguir um acordo com a direcção nacional do partido, no sentido de garantir a eleição de mais deputados da região (actualmente o Oeste conta com apenas um deputado, José Augusto de Carvalho).

Com a desistência de Casimiro Ramos, o actual presidente da FRO, José Augusto de Carvalho, será o único candidato nas eleições que terão lugar no dia 21 de Março.

Apesar da desistência, Casimiro Ramos, que ocupa o cargo de presidente da Comissão Política Concelhia de Arruda dos Vinhos, adianta que irá apresentar uma moção ao Congresso do dia 5 de Abril.

**GUARDA**

## FERNANDO CABRAL QUER CRIAR FÓRUMS DE CIDADANIA



Fernando Cabral, candidato à liderança da Federação da Guarda, defende a criação de Fóruns de Cidadania “Pensar a Sociedade/Prestar atenção à Sociedade”, que terão como objectivo central debater com a sociedade civil questões distritais referentes a temas como saúde, educação, desporto, ambiente, solidariedade social, trabalho, desenvolvimento regional, entre outras.

Na moção “Guarda - a força de um ideal”, que vai levar ao congresso federativo, Fernando Cabral defende que a distrital do PS “deve ser um espaço aberto e dinâmico onde todos os militantes e todos aqueles que não sendo inscritos no PS partilham dos nossos valores e ideais, possam trabalhar, discutir ou simplesmente conviver”.

Nesse sentido, o camarada Fernando Cabral pretende transformar a sede distrital num “espaço de debate, de convívio e de animação política”, tendo em vista “um PS mais forte e coeso, onde os dirigentes possam transmitir aos militantes as acções que se estão a desenvolver, mas onde também os militantes possam expressar as suas ideias e preocupações, realizar-se-ão regularmente plenários concelhios promovidos pela Federação”.

Por outro lado, Fernando Cabral elege as autárquicas de 2005 como “o desafio mais importante dos próximos tempos”, e adianta que o objectivo é recolocar o PS como a principal força política no distrito, garantindo um maior número de câmaras municipais, assembleias municipais e assembleias de freguesia. Para isso, frisa, “é importante o trabalho de todos”.

**AMADORA**

## GUILHERME GUIMARÃES QUER REFORÇAR DIREITOS DOS MILITANTES DA CONCELHIA

Guilherme Guimarães formalizou a sua candidatura à liderança da Concelhia da Amadora do PS por sentir que reúne “algum consenso em torno das bases” do partido.

Este militante socialista disse pretender que esta candidatura se afirme como “um projecto de reforço dos direitos dos militantes e da sua capacidade de intervenção no desenvolvimento do Concelho da Amadora”.

“É necessário alterar o funcionamento da Concelhia da Amadora, devolvendo a tomada de decisão aos seus militantes”, frisou o candidato, considerando que o apoio que tem sido dado ao Executivo da Câmara Municipal da Amadora “não pode ser inibidor da intervenção política dos militantes, o que infelizmente se verifica”.

Residente na Amadora e militante do PS desde 1976, Guilherme Guimarães tem desempenhado vários cargos de responsabilidade política, quer ao nível partidário quer ao nível associativo, designadamente coordenador da Secção da Damaia do PS, membro da Assembleia Municipal da Amadora, presidente da Assembleia Geral dos Bombeiros da Amadora e membro da Comissão Executiva e do Secretariado da UGT.



## FRANCISCO ASSIS QUER ALTERNATIVA DE ESQUERDA À GESTÃO DE RIO



A abertura do PS para um diálogo com as outras forças de esquerda, com vista à criação de um projecto alternativo à gestão de Rui Rio, e a realização de eleições primárias para a escolha dos candidatos do partido a cargos públicos, foram algumas das ideias avançadas por Francisco Assis, candidato à liderança da Federação do Porto, num jantar com centenas de apoiantes.

Francisco Assis desafiou o PCP a decidir se quer "continuar a ser a última muleta da direita retrógrada na Câmara do Porto" ou se quer aderir a "um projecto de esquerda com o PS e o BE". O candidato à liderança da distrital do Porto do PS garantiu que se for eleito manifestará tanto ao PCP como ao BE a abertura socialista para o diálogo, uma abertura "não só possível como desejável".

Assis considerou que "há todas as condições para um entendimento" à esquerda face a "uma direita com laivos populistas", mas antes disso o PCP tem de decidir o que pretende fazer.

"É em torno do PS que pode formar-se a grande alternativa a uma direita que ofende princípios

basilares da esquerda como a cultura e as questões sociais. O PCP tem de definir-se rapidamente, correndo em caso contrário o risco de ficar conivente com tudo o que se passa naquela câmara", afirmou Assis.

O candidato socialista adiantou que caso seja eleito apresentará um projecto para a Área Metropolitana e para o Porto e esperará pela reacção comunista.

Na sua intervenção, Francisco Assis reafirmou algumas das propostas que tem feito, nomeadamente a da realização de primárias para escolha dos candidatos do partido a cargos públicos. "E não me excluo dessa prova", garantiu.

Criticou Rui Rio ao afirmar que "quem não percebe que o Porto é mais do que ele próprio não está habilitado a gerir os seus destinos".

Rio e a direita foram, aliás, assumidos como os grandes adversários de Assis, que garantiu que o seu combate "nunca foi contra Narciso Miranda".



### FEDERAÇÃO DO BAIXO ALENTEJO

## LUÍS AMEIXA FORMALIZA RECANDIDATURA

Confiante no "trabalho realizado no mandato presente", Luís Ameixa formalizou ontem a sua recandidatura à Federação do Baixo Alentejo e apresentou a moção que vai levar a congresso. Intitulada "O PS primeiro, sempre!", a moção tem em vista a continuação do trabalho desenvolvido, além de consubstanciar a vontade política de alargar a influência socialista na região.

Invocando o novo Programa do partido e a revista Declaração de Princípios, Ameixa pretende transpor para o nível distrital a renovação conseguida desde o último congresso nacional e, por outro lado, continuar a defender "os direitos da região com dignidade".

## NARCISO MIRANDA DEFENDE CLUBES POLÍTICOS ABERTOS A INDEPENDENTES



Narciso Miranda quer criar na Federação do Porto "clubes políticos" que funcionem como fóruns de debate permanente, abertos a independentes e a militantes de outros partidos.

A ideia foi avançada pelo candidato à liderança da distrital do Porto, num encontro com dezenas de jovens socialistas do PS, tendo Narciso revelado ainda que o primeiro clube político irá chamar-se Willy Brandt, em homenagem ao antigo chanceler alemão e ex-presidente da Internacional Socialista.

Segundo sublinhou Narciso Miranda, o objectivo é permitir que as questões nacionais, distritais e metropolitanas sejam discutidas abertamente com pessoas de fora do partido e não apenas pelos militantes, como acontece na maior parte das reuniões políticas actuais.

Paralelamente, a candidatura de Narciso Miranda quer criar uma ciber-secção, que promova a discussão de temas de actualidade através da Internet.

Edgar Torrão, ex-presidente da JS/Póvoa de Varzim, explicou que esta ciber-secção será desenvolvida por jovens socialistas e passará

pela instalação de dois ou três computadores na sede do PS/Porto com ligação à Internet e pela criação de fóruns de debate virtuais abertos a não militantes.

Narciso Miranda indicou como seu "grande objectivo" a reconquista da Câmara do Porto, mas também a vitória nas câmaras da Maia, Baião e Valongo e a luta pelas autarquias de Gondomar e Gaia, de forma a que o PS volte a liderar no distrito e na Área Metropolitana do Porto.

### SETÚBAL

## AMÉLIA ANTUNES NA CORRIDA À PRESIDÊNCIA DA FEDERAÇÃO



A conquista pelo PS da maioria das 13 câmaras do distrito, para assegurar a liderança da Associação de Municípios e da Região de Turismo Costa Azul, são alguns dos objectivos da candidatura de Maria Amélia à Federação de Setúbal, que se apresenta sob o lema da "renovação e ambição".

A presidente da Câmara do Montijo anunciou que vai disputar a liderança distrital do partido a Alberto Antunes, que também já anunciou a intenção de se recandidatar ao cargo.

Na sua moção, Maria Amélia Antunes defende, para políticos e técnicos, "uma política de direitos e de deveres" em todos os aspectos da governação central ou municipal.

Por outro lado, Maria Amélia Antunes considera que o PS tem a responsabilidade de "apresentar os melhores candidatos" para

os diferentes órgãos de poder.

A autarca socialista aposta na reconquista da Câmara Municipal de Setúbal, onde o PS foi derrotado nas últimas eleições autárquicas.

Nos próximos dias 21 e 22 de Março realizam-se as eleições para a presidência da Federação e para delegados ao Congresso distrital, que terá lugar a 5 e 6 de Abril, no Barreiro.

## AMADORA

## NOVAS URBANIZAÇÕES NÃO ULTRAPASSARÃO LIMITES DO PDM



O presidente da Câmara da Amadora, Joaquim Raposo, garantiu que as urbanizações a construir no âmbito do projecto da Nova Centralidade, “não vão ultrapassar o limite máximo do índice de construção” previsto no Plano Director Municipal (PDM).

Segundo o autarca socialista, o PDM da Amadora define que os terrenos onde se pretende construir a Nova Centralidade são de “alta densidade”, mas o valor estipulado “não será ultrapassado”.

“O que está definido no projecto são valores na ordem dos 0,8, abaixo do valor máximo previsto no PDM, que é 1,2. Não temos necessidade de ultrapassar esses valores”, disse Joaquim Raposo. O autarca socialista recusou ainda a ideia de rentabilizar o projecto através da construção de várias urbanizações na Quinta da Falagueira e no resto dos terrenos, depois das declarações do presidente da Sagestamo, empresa de capitais públicos que controla a imobiliária que comprou os terrenos da Quinta da Falagueira, em que refere duvidar da viabilidade económica do projecto da Nova Centralidade.

“Não tenho a mesma opinião, sei que o projecto é um bom negócio, mas não quero comentar mais nada”, disse Joaquim Raposo.

O Executivo municipal aprovou na última reunião camarária uma recomendação proposta pela vereação da CDU que permite a alteração do PDM, no que respeita à possibilidade de aumentar o número de andares dos edifícios a construir na Nova Centralidade (actualmente o limite é oito andares), “desde que se mantenha a área e o índice de construção inicial”.

“É uma recomendação que nos dá uma posição de conforto. A intenção é libertar terreno com a construção em altura, com a condição de permanecer inalterado o índice de construção inicial”, disse Joaquim Raposo, lembrando que a proposta “é apenas uma recomendação”.

A futura alteração ao PDM, para se poder construir edifícios mais altos, vai permitir, segundo o autarca, que se criem “edifícios de referência” que possam testemunhar a qualidade do projecto. “Não vamos aumentar o número de pisos em todo o lado, só nos casos em que teremos de libertar terreno para zonas verdes, espaços públicos ou vias”, acrescentou.

## PONTE DA BARCA

## VEREADORES DO PS IMPUGNAM ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Partido Socialista de Ponte da Barca entregou no Tribunal Administrativo do Porto um pedido de impugnação da Assembleia Municipal em que foi aprovada uma permuta de terreno entre a Câmara e uma empresa de construção.

Vassalo Abreu, vereador do PS, considera que a Assembleia Municipal “não tinha competência” para se pronunciar sobre o assunto, pelo que “foi ilegal e deve ser anulada”, ficando assim a referida permuta “sem qualquer efeito”.

Além disso, o PS defende que o terreno permutado tinha que ser previamente loteado, “o que não aconteceu”, e questiona como é que “pelo menos” duas pessoas empregadas na empresa envolvida no negócio também votaram no assunto na Assembleia Municipal.

“Estamos convencidos de que o tribunal nos irá dar razão”, referiu Vassalo Abreu, acrescentando que o pedido de impugnação também foi subscrito pelos dois eleitos do CDS-PP na Assembleia Municipal.

## ÉVORA

## CÂMARA VAI CONSTRUIR TRÊS NOVAS VARIANTES

A Câmara Municipal de Évora vai construir três novas variantes (Nascente, S. Miguel de Machede e Vendinha) com o objectivo de melhorar as acessibilidades rodoviárias no concelho.

A variante à Estrada Nacional 18, entre a cidade de Évora e o Nó Nascente da A6, terá uma extensão aproximada de oito quilómetros.

O projecto de execução encontra-se em curso, prevendo-se que esteja concluído durante o quarto trimestre deste ano.

Trata-se de uma empreitada inscrita no Plano de Investimentos e Despesas da Administração Central (PIDDAC), com uma verba global de 8,7 milhões de euros.

Por sua vez, a variante a S. Miguel de Machede, cuja construção melhorará a segurança rodoviária no centro da povoação, está igualmente inscrita no PIDDAC, com uma dotação de três milhões de euros.

O projecto encontra-se em fase de adjudicação, prevendo-se o início das obras no decurso do primeiro semestre deste ano.

Por fim, a variante a Vendinha, com uma extensão de seis quilómetros, deverá ter o projecto de execução concluído até finais de Março.

Segundo um comunicado da autarquia, numa reunião entre o secretário de Estado das Obras Públicas e o presidente da Câmara de Évora, para além da construção das variantes, foram ainda abordadas questões relacionadas com as acessibilidades ferroviárias à cidade.

A autarquia defende a beneficiação urgente do Ramal Ferroviário entre Évora e Casa Branca, alegando que se trata de um troço de linha férrea “com características estruturais muito débeis, que impossibilitam um nível de serviço em condições de exploração e de conforto minimamente aceitáveis”.

Esta realidade, segundo a autarquia eborense, levou a REFER a colocar o objectivo de execução da obra, prevendo-se que entre em fase de execução até ao próximo mês de Junho.

Estão ainda a ser realizados estudos tendo em vista a futura construção de uma nova linha férrea entre Sines e Évora com posterior ligação a Badajoz.

## MONTIJO

## AUTARQUIA CRIA PÓLO DE LAZER



A Câmara Municipal do Montijo vai abrir um concurso público para adjudicar a exploração de um salão de chá na antiga casa senhorial da Quinta do Saldanha, um espaço recentemente recuperado pela autarquia, que ali pretende criar um pólo de lazer multifuncional para a população do concelho.

Segundo a presidente da Câmara, a socialista Maria Amélia Antunes, a hasta pública terá uma base de licitação simbólica, “porque um valor muito elevado poderia ser dissuasor”.

O contrato, por um período de 15 anos, estipula uma renda mensal de 1247 euros e que o estabelecimento funcione entre as 10 e as 24 horas..

Segundo a autarca socialista, a reabilitação da Quinta e da Ermida do Saldanha, recentemente efectuada pelo município, permite “criar um pólo de atracção para os cidadãos e devolver a vida a um espaço que funcionaria já no século XVI como zona de lazer”.

No anexo da casa senhorial, que mantém a traça arquitectónica do século XVII, vai funcionar o Gabinete de Juventude da Câmara e no espaço envolvente foi criada uma zona verde e um parque infantil.

A autarquia também adjudicou recentemente a exploração do Café da Praça, no centro histórico do Montijo, recentemente remodelado.

PEDRO MIGUEL ALMEIDA

# POR UM PROJECTO ALTERNATIVO COM NOVOS PROTAGONISTAS

Entusiasta da renovação, Pedro Miguel Almeida é um jovem socialista que defende ideias frescas para um projecto alternativo de poder que tenha novos rostos como protagonistas. Apoiante confesso das governações de António Guterres, este estudante de direito está confiante no regresso do PS às vitórias eleitorais, mas assegura que, antes, é preciso reconquistar a confiança dos portugueses com propostas creíveis assentes nos princípios do socialismo democrático e progressista.

Ainda com 15 anos juntou-se à “jota” socialista para dar o seu apoio à campanha que haveria de conduzir António Guterres a primeiro-ministro. Só seis anos mais tarde assinava a sua ficha de inscrição no partido, logo após a demissão do Executivo do PS, porque sendo aquele “um momento particularmente difícil, era preciso demonstrar militância”.

“Quis ajudar a dizer que o Partido Socialista não se iria abaixo”, explica Pedro Miguel Almeida, para quem a decisão de Guterres não foi uma fuga, mas um “acto de grande desapego ao poder e coragem política”, ao qual “o tempo encarregar-se-á de fazer justiça”.

Segundo o jovem camarada, “é preciso compreender que, naquela altura, o que estava em causa não era abandonar o barco. Tratava-se de devolver a Portugal uma liderança com legitimidade reforçada que o ajudasse a atravessar os momentos difíceis que se seguiriam”.

E porque ser militante é ter “um estatuto diferente”, próprio de “alguém que se interessa pela vida política do País, muito para além dos momentos eleitorais”, é preciso manter-se “atento e solidário nos altos e baixos do partido”, participando no seu dia a dia, nas secções e no trabalho constante que tem de fazer-se junto das bases.

O Pedro defende que todo socialista deve passar por acções contínuas de (in)formação e qualificação criteriosas, por forma a que o PS tenha sempre “quadros preparados e prontos para fazer face aos desafios”, assumir responsabilidades tanto ao nível do governo como das autarquias.

Quer no partido quer na JS, este estudante universitário milita na “dinâmica e activa” concelhia de Oeiras, onde, regularmente, discute os assuntos da actualidade nacional e local.

Com pouco mais de 20 anos, Pedro Miguel Almeida é já autarca, na Assembleia de Freguesia de Carnaxide, uma nova experiência



que descreve com entusiasmo. Fiel ao projecto do PS, este camarada defende o reforço da actual estratégia de renovação, que passa pela captação do moderno ideário de socialismo democrático e progressista. Embora reconheça que a nova liderança de Ferro Rodrigues tem colocado esta questão no centro do debate interno, para o Pedro é preciso ir mais longe, dado que novos rostos e ideias

são fundamentais “para que possamos voltar às vitórias eleitorais”.

“Os protagonistas da história do PS devem, agora, procurar levar para o seio do partido os protagonistas do presente e do futuro”, disse, acrescentando que “é preciso gente nova que traga uma lufada de ar fresco”.

Mas, para que a renovação aconteça, ressalva, “é essencial, também, que os dirigentes da JS reforcem o seu contributo, não só nos lugares de chefia, mas nas estruturas partidárias locais, para as quais defende autonomia.

“Não deve ser o secretário-geral a decidir quem vai para as concelhias ou para as federações”, reitera o Pedro, apelando à mudança de mentalidade.

Esse processo de transformação interna é, na opinião do jovem socialista, o alicerce fundamental de um projecto alternativo passível de (re)conquistar a confiança dos cidadãos. Sobre a *performance* do PS enquanto oposição na vida política nacional, Pedro Miguel Almeida está confiante.

“Julgo que, até agora, temos conseguido fazer o nosso trabalho mantendo uma linha moderada e credível”. Todavia, observa, “está a faltar uma certa capacidade mobilizadora”, porque, apesar das pessoas reconhecerem nos alertas lançados pelos deputados socialistas as suas próprias preocupações, parecem conformadas ou anestesiadas com o rumo que o País está a levar”.

Manifestando a sua plena concordância com o processo de aproximação da direcção do PS da

sociedade civil, o Pedro saudou o périplo que Ferro Rodrigues fez pelas empresas nacionais em dificuldades e assinalou, nesta atitude, uma clara demarcação das prioridades da esquerda em relação à direita.

“Enquanto fomos governo o desemprego sempre desceu. Agora é sempre a aumentar”, observou, criticando a sobreposição de “critérios meramente contabilísticos às verdadeiras necessidades sociais dos cidadãos”. O Pedro Miguel está preocupado com o problema das finanças públicas portuguesas e pensa que a solução passar também e sobretudo por um maior rigor na cobrança de receitas e não apenas pelo corte nas despesas.

A modernização da Função Pública, o incentivo aos investimento estrangeiros em Portugal, a preservação dos direitos dos trabalhadores são outras das bandeiras levantadas pelo militante, que também não esquece a especial atenção especial que os socialistas devotaram, dentro e fora do Governo, à Educação e à formação. “A competitividade do nosso país depende da valorização da capacidade e da qualidade de trabalho dos nossos quadros e da nossa mão-de-obra”, afirmou.

No contexto da política externa, particularmente no “*dossier* Iraque”, o Pedro lamenta que o PS não tenha “acompanhado” a manifestação contra a guerra, embora reconheça que as condições para a representação partidária dos socialistas não eram as ideais.

## PERFIL

Nome  
**Pedro Miguel Ramos Almeida**

Idade  
**22 anos**

Ocupação  
**Estudante de Direito**

Hobbies  
**Política, ler, jogar basquete, cinema**

Militância  
**Inscrição na JS em 1995, adesão ao PS em 2001**

Referências socialistas  
**Mário Soares, António Guterres, Jorge Sampaio, Olof Palme**

**ANA GOMES**

# GUERRA CONTRA O IRAQUE DEIXARÁ MUNDO MAIS PERIGOSO

O mundo ficará muito mais perigoso se os Estados Unidos desencadearem uma guerra contra o Iraque, considerou, na Aula Magna, a responsável pelas relações internacionais do PS, Ana Gomes.

Participando num comício pela paz que se realizou no sábado, em que estiveram também presentes Mário Soares e outras figuras da esquerda, Freitas do Amaral, e vários dirigentes nacionais do PS, entre os quais Paulo Pedroso, Ana Gomes foi muito aplaudida e não poupou a administração Bush nem o Governo português, sobretudo o primeiro-ministro Durão Barroso e o ministro da Defesa, Paulo Portas.

Na sua opinião, uma intervenção militar no Iraque não trará a paz nem a democracia. Pelo contrário, "só dará argumentos e recrutas aos terroristas da Al-Qaeda, tornando o mundo muito mais perigoso do que já é". A ex-diplomata foi mais longe, e considerou que poderá até estar em causa a própria sobrevivência da humanidade, em virtude do secretário de Estado da Defesa, Donald Rumsfeld, ter admitido a possibilidade dos Estados Unidos recorrerem a armas nucleares. Ana Gomes não hesitou em classificar a atitude "seguidista" do governo português como sendo motivada por interesses económicos, já que o ministro da Defesa, Paulo Portas, decidiu recentemente optar pela Lockheed-Martin para a compra de aviões, em vez do consórcio que estava inicialmente prevista para a sua aquisição. No seguimento da polémica que causou esta declaração Ana Gomes, já desafiou



o ministro da Defesa, Paulo Portas, a esclarecer as razões por que optou pelo consórcio norte-americano.

A ex-embaixadora em Jacarta recusou terminantemente o argumento do Governo segundo o qual a atitude "seguidista" pretende

evitar que Portugal fique isolado. Neste contexto, considerou "totalmente incompreensível" que o Governo se fure a explicar a posição que apoia, sobretudo se houver uma acção unilateral dos Estados Unidos, em flagrante violação do direito

internacional.

Manifestando-se totalmente contra o bombardeamento do Iraque, Ana Gomes considerou que também Portugal teve um ditador abjecto, tal como Saddam Hussein, e violou sistematicamente resoluções da ONU. "É isso é razão para sermos bombardeados?", interrogou-se.

Mário Soares, por sua vez, voltou a ser duro com a Administração Bush, considerando que "a luta contra o terrorismo não se pode fazer contra o direito internacional e praticando actos terroristas mais graves".

O eurodeputado considerou que uma guerra será uma catástrofe para o povo iraquiano, para o ambiente e para o património, apelando a que ninguém se resigne a viver sob a lei da selva: "Se houver guerra temos de continuar a lutar", afirmou.

Mário Soares salientou as dificuldades cada vez maiores que os Estados Unidos estão a enfrentar, nomeadamente como a recusa da Turquia em servir de plataforma para a invasão do Iraque e o facto da diplomacia do Vaticano estar claramente a favor da paz, tendo o Papa enviado emissários a Bagdad e a Washington, ao mesmo tempo que se assiste à destruição de mísseis pelas autoridades iraquianas.

Fez também questão de salientar, mais uma vez, que "uma coisa é a América e outra é a Administração Bush", sublinhando que "o nosso principal aliado é o povo americano, as elites americanas, as universidades americanas".

**MARIA CARRILHO**

## UNIÃO DEVE CONTINUAR A APOIAR TIMOR-LESTE

Timor-Leste precisa de continuar a receber o apoio proveniente da União Europeia para consolidar a democracia. Esta é convicção da eurodeputada Maria Carrilho, membro da comissão de Cooperação do Parlamento Europeu, que esta semana interrogou o Conselho sobre se pretende ou não aumentar o seu apoio a Timor-Leste.

A eurodeputada justifica a sua questão com o facto de existirem alguns sinais inquietantes de desinvestimento, quer por parte de alguns países europeus membros do Conselho de Segurança da ONU, quer por parte da própria União Europeia. Este desinvestimento tem-se verificado em relação ao apoio para a criação de condições técnicas, administrativas e sociais.

E esta é a pior altura para reduzir o apoio ao território. Com efeito, além de processo de consolidação da democracia não dever ser interrompido, verifica-se ainda um aumento do fluxo de refugiados a Díli, cuja população passou nos últimos meses de 60.000 habitantes para cerca de 200.000, "muitos dos quais a sobreviverem em condições geradoras de apatia, revolta ou violência".

Para Maria Carrilho, Timor-Leste encontra-se actualmente numa "fase crítica", pelo que um eventual desinvestimento da União Europeia no território não deixaria de ser uma contradição, já que, por exemplo, além dos apoios directos, a União Europeia manifestou o seu empenhamento na causa da libertação do povo timorense ao atribuir o Prémio Sahkarov a Xanana Gusmão, através do Parlamento Europeu.

Assim, a eurodeputada pretender saber se o Conselho pretende incrementar o apoio à consolidação da democracia em Timor-Leste e se ele poderá surgir no quadro das tarefas de Petersberg, atribuídas à Força de Reacção Rápida.

**INTERNACIONAL SOCIALISTA**

## GUTERRES DESMENTE ALHEAMENTO NA CRISE DO IRAQUE

O presidente da Internacional Socialista (IS) emitiu ontem um comunicado para "repor os factos" em relação ao posicionamento da organização na crise do Iraque.

No documento, António Guterres desmente categoricamente declarações veiculadas pela Imprensa nacional que acusavam a IS e a ele próprio de não ter tomado uma posição sobre o risco de guerra.

"Tive ocasião de a transmitir formalmente ao secretário-geral das Nações Unidas, de a fazer divulgar aos partidos e organizações membros da IS e a toda a Comunicação Social internacional", afirma Guterres num breve texto onde também garante que, embora mantendo total discrição em relação à vida política interna portuguesa, falou para vários jornais e cadeias de televisão estrangeiras, sublinhando as posições da Internacional Socialista e dando testemunho no mesmo sentido a diversas estações de rádio portuguesas, à TVI e à SIC, além de ter concedido uma curta entrevista ao Telejornal da RTP.

Citando a resolução da IS sobre a actual conjuntura global, António Guterres lembrou que "nela se afirma a indispensabilidade de ser o Conselho de Segurança das Nações Unidas a coordenar todos os actos da comunidade internacional para solucionar a crise do Iraque, nomeadamente os relativos ao desarmamento, se condena expressamente qualquer ataque preventivo unilateral e se manifesta a vontade de que a ONU continue a optar pela via política/diplomática".

A Internacional Socialista, conforme recorda Guterres, decidiu ainda realizar em Roma uma conferência em apoio à democratização e defesa dos direitos humanos no Iraque.

M.R.



FUTURO DA EUROPA

# MAIS DE 1100 EMENDAS PARA A CONSTITUIÇÃO EUROPEIA

Mais de mil e cem propostas de alteração aos primeiros dezasseis artigos da futura Constituição europeia foram apresentados pelos membros da Convenção sobre o Futuro da Europa, na reunião que no final da passada semana se realizou em Bruxelas.

Para já, apenas foram abordados temas relacionados como os valores, obectivos e competências da União Europeia, voltando os trabalhos a ser dominados pela possibilidade de criação de uma presidência bicéfala, com um presidente do Conselho e outro da Comissão, proposta que tem gerado uma acesa discussão, dado que esta solução opõe os pequenos aos grandes países.

Luís Marinho, o eurodeputado socialista representante do Parlamento Europeu nos trabalhos da Convenção, apresentou também um conjunto de emendas, juntamente com outros parlamentares, que incidiram essencialmente sobre as competências, símbolo, valores e princípio de subsidiariedade.

Numa emenda ao artigo 14º, o eurodeputado justificou-a como sendo uma forma de "afirmar o carácter inteiro da PESC, para impedir a tentação de que esta seja um mero sucedâneo das políticas diplomáticas próprias dos Estados-membros".



Luís Marinho considerou fundamental que tanto os actuais como os futuros Estados-membros compreendam que, em termos de política externa e de segurança comum, não devem receber ordens nem pressões de ninguém.

"A crise internacional que se vive pôs a nu uma das exigências fulcrais da futura Constituição

para uma Europa alargada", afirmou. Na sua opinião, "ou há uma política externa europeia comum, onde a Europa se reforça com o alargamento e a União se engrandece e afirma como facto de paz universal, ou o alargamento faz sobressair, como se viu, as diferenças nacionais, consolida blocos táticos e

geográficos e revela fidelidades não europeias, em nome do medo e da insegurança".

Entre outras, o eurodeputado apresentou ainda uma emenda que atribui à União Europeia a ter competências exclusivas no quadro da solidariedade europeia, definindo os quadros conceptuais e financeiros das políticas estruturais de coesão. Outra das emendas a destacar, refere que, para além da competência para coordenar as políticas económicas, a União deve estender esses poderes de coordenação às políticas sociais e ao emprego. Defende também a inclusão da fiscalidade nas competências partilhadas.

A proposta de uma presidência bicéfala, defendida por alguns grandes países, como a França e Alemanha, voltou a estar em foco em virtude de um grupo de 68 membros da Convenção, em representação de vários parlamentos e governos dos actuais e futuros Estados-membros, ter apresentado um petição em que defendiam a manutenção da rotatividade das presidências da União Europeia.

Destaque ainda para outras questões que geraram discussão, como a de saber se a futura União Europeia deve ou não ser explicitamente federal, e se a Constituição deve ter uma referência explícita a Deus, invocando assim a matriz cristã da Europa. P.P.

HELENA TORRES MARQUES

## IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES DEVE SER VALOR FUNDAMENTAL

A igualdade entre homens e mulheres deve ser um dos valores fundamentais a constar na futura Constituição europeia, defendeu a eurodeputada Helena Torres Marques, a propósito da celebração do Dia Internacional da Mulher, no próximo dia 8.

A eurodeputada participou, em Bruxelas, numa conferência internacional organizada pela Comissão Europeia para tratar dos problemas do género e discutir a forma de participação das mulheres nos trabalhos da Convenção sobre o Futuro da Europa. Com efeito, foi já criado no seio da Convenção um grupo de mulheres parlamentares, com o objectivo de impulsionar a promoção da igualdade de direitos.

"As organizações de mulheres estão muito atentas ao que se está a passar e em Abril próximo haverá até uma importante conferência interparlamentar, em Atenas, para discutir a forma como os parlamentos nacionais estão a acompanhar a implementação da igualdade entre homens e mulheres e preparar posições para a Convenção sobre o Futuro da Europa.

Helena Torres Marques considera fundamental que na Europa haja mais mulheres nos lugares de decisão e a adopção de medidas que lhes permitam compatibilizar a vida privada com a profissional, entre as quais se destaca a licença parental para os homens.

No dia 8, o Presidente da República realiza em Belém uma sessão solene dedicada ao Dia Internacional da Mulher, em que Helena Torres Marques também estará presente.



PAULO CASACA

## LAVRADORES AÇORIANOS DEVIAM EMPENHAR-SE MAIS NA QUALIDADE DOS SEUS PRODUTOS

Os lavradores açorianos deviam ter "uma maior e mais empenhada intervenção no controlo sanitário das explorações e na promoção e comercialização dos seus produtos", considerou o eurodeputado Paulo Casaca, na Universidade dos Açores, num debate sobre a revisão intercalar da Política Agrícola Comum.

Paulo Casaca defendeu esta atitude não só como forma de melhorar a qualidade das produções, mas também para evitar problemas sanitários, como a brucelose, que tem afectado alguns rebanhos do arquipélago.

Para exemplificar as vantagens desta atitude, referiu a vitalidade e defesa dos interesses do sector de uma cooperativa de viticultores do Douro e do agrupamento sanitário de Beja, ambos dirigidos por uma associação de produtores.

"É com uma presença empenhada na resolução activa dos seus problemas que os lavradores podem encontrar uma saída para o controlo de qualidade dos seus produtos e para a sua expansão nos mercados", defendeu.

Embora considerando que a ultrapassagem das quotas de produção de leite será mínima, não deixou de alertar para o facto de as multas por excesso de produção virem mesmo a ser aplicadas, para o ano agrícola que termina em Março.

Considerou, também, "grave e irresponsável" transmitir a ideia de que não serão aplicadas penalizações, ao alegar que isso significa "pôr em causa o sistema de quotas, que a não existir é prejudicial para os Açores".

De referir que duas dezenas de lavradores da Ilha Terceira acusaram os responsáveis governamentais e associativos de terem negociado mal os seus interesses e recusam-se a pagar eventuais multas que lhes venham a ser aplicadas, ameaçando com o recurso a tribunal se as fábricas retiverem pagamentos. As ilhas dispõem de uma quota leiteira de 450 milhões de litros acrescida de outros 73 milhões atribuídos com carácter provisório e a título de "auto-consumo".

## O QUE GOSTARIA DE TER DITO AOS AUTARCAS NO ENCONTRO DE SANTARÉM



**JOSÉ AUGUSTO CARVALHO**

Tendo sido convidado pelo Jorge Coelho a intervir no “Encontro de Santarém”, não o pude fazer. Aconteceu o mesmo com vários outros camaradas.

Estava tentado a dizer então algumas inconveniências para os actuais governantes. Aqui, num artigo de jornal que só a mim me responsabiliza, talvez seja mais ajustado partilhar o que actualmente mora comigo.

Isto sem deixar de referir que falar com e para eleitos locais do PS é um enorme gosto para mim que continuo a considerar-me incluído na “família autárquica”.

Vamos então ao que tinha e tenho - a dizer. Queria começar por afirmar que *estamos a viver um terceiro tempo* no poder local, se fizermos recuar a nossa memória até à malfadada década cavaquista.

*Esses dez anos foram o primeiro dos três tempos* que quero aqui alinhar.

Tempo da violação da lei das finanças locais, do não reconhecimento das freguesias - o interlocutor da Anafre era o porteiro do Ministério - e da conflitualidade e desconsideração da ANMP a cujos congressos o primeiro-ministro nunca se dignou comparecer. Mas foi, sobretudo, esse o tempo da velha lei de tutela, talhada e usada como instrumento

Foi o tempo da melhoria das condições de funcionamento dos órgãos das autarquias e dos seus titulares. Compare-se, nessa matéria, a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a legislação anterior. Foi o tempo do reforço do papel das Assembleias Municipais. E do novo regime legal do associativismo municipal e das freguesias, bem como das empresas municipais e intermunicipais.

Foi o tempo da criação e disponibilização do programa de formação profissional - FORAL. Foi o tempo do apoio à modernização administrativa autárquica, com a aprovação premonitória do novo plano de contabilidade - POCAL, numa lógica de crescente eficiência, rigor, eficácia e qualidade na gestão dos serviços autárquicos.

Foi, finalmente, o tempo da entrada em vigor de uma lei-quadro da descentralização de atribuições e competências. Recordo as palavras do Mário de Almeida agora em Santarém, ao afirmar que esta lei excedeu as expectativas da ANMP.

Lei-quadro cuja concretização foi interrompida com o inesperado da demissão do nosso Governo. *Veio então, a seguir, o terceiro tempo. O actual.* O tempo ditado por este Governo, do alto da sua suficiência.

Governo em cujo programa, à vista, só descortinamos duas novidades no plano autárquico, embora com várias outras bem escondidas.

Governo da mistificação e da propaganda, mas igualmente da prepotência e do ataque feroz ao poder local como adiante demonstrarei.

Mistificação e propaganda porque se uma das tais novidades anunciadas era a transferência de competências dos governos civis, o que daqui entregam às câmaras municipais pouco mais é do que o licenciamento da venda de lotarias, arrumadores de automóveis, acampamentos ocasionais e fogueiras e queimadas. Relevante, não é?

Mistificação e propaganda porque se a outra novidade era a da criação de “novas áreas metropolitanas”, o que vai resultar, no final, é, tão-só, a proliferação de associações de municípios, agora com novas e diversificadas designações.

Sem a fixação de requisitos de constituição que valham, a palavra de ordem é: “Ide e multiplicai-vos como quiserdes”.

É a desarticulação completa, na ausência de qualquer modelo de organização territorial da

administração pública que estimulasse a coordenação dos investimentos e serviços municipais e a articulação com a administração periférica do Estado.

Mistificação e propaganda porque este processo não traz consigo uma única competência da administração central - nem uma única! - conferida directamente pela lei.

Prevêem transferências, mas fazem-nas depender da vontade soberana do Governo, caso a caso, pela famosa “contratualização”.

É a porta aberta ao arbítrio, à discriminação. E tudo isto sem um euro que não encontramos, para o efeito, no OE-2003, como provavelmente não encontraremos no de 2004.

Puro exercício de mistificação para iludir incautos.

Mistificação e propaganda sem decoro ao tentarem fazer passar o FORAL - pasme-se - como obra deste Governo.

Falta de decoro que até os leva a afirmar que as freguesias vão ter mais competências por via de um protocolo assinado entre a ANMP e a ANAFRE, sob apadrinhamento do primeiro-ministro.



de arbítrio, amedrontamento e perseguição.

*O segundo tempo, de que guardo grata recordação*, foi o da reconciliação com a generalidade dos autarcas.

Primeiramente com a nova lei de tutela.

Depois com o cumprimento da lei das finanças locais. Foi o tempo da descentralização financeira. Comparem-se os montantes das transferências.

Foi o tempo da construção do Quadro Comunitário de Apoio - QCA III, em que 43 por cento das verbas foram “regionalizadas”, por contraponto a 18 por cento no anterior.

Foi o tempo da melhoria do estatuto dos autarcas dos executivos - estatuto remuneratório nuns casos e de aposentação ou reforma noutros.

Esta matéria está na Lei n.º 169/99 (artigo 66.º) e nada mudou.

Outra face deste Governo é de prepotência e ataque ao poder local.

Prepotência e ataque pelo estrangulamento financeiro (endividamento global zero) e pela tentativa de proibição de acesso futuro à banca, por parte dos municípios.

Já dizem que tais medidas são insuficientes. Seguramente que se preparam para cortar nas transferências do OE para as autarquias. Já tivemos um Cavaco Silva, no Governo. Má sina para os autarcas terem que suportar outro na pessoa de Manuela Ferreira Leite.

Há ainda uma última palavra que gostaria de ter dito no “Encontro de Santarém”: a da denúncia da face mais censurável deste Governo - a da arrogância e falta de educação.

Refiro-me à atitude do ministro Isaltino Morais para com o nosso presidente da Câmara Municipal de Mértola. Já que não o pude fazer lá, daqui lhe envio a minha solidariedade.

Não nos deixemos intimidar. Muito menos subjugar.

Não nos acomodemos à política de desastre que caracteriza a acção do actual Governo.

Os autarcas do PS, com o secretário-geral “Ferro Rodrigues” e o coordenador autárquico, Jorge Coelho, no passado dia 22 de Fevereiro, deram uma primeira resposta, eloquentemente.

Uma primeira resposta, para outras, a caminho das respostas finais, decisivas e vitoriosas nas eleições autárquicas de Outubro de 1995 e nas legislativas de Outubro de 1996.

**Prevêem transferências, mas fazem-nas depender da vontade soberana do Governo, caso a caso, pela famosa “contratualização”. É a porta aberta ao arbítrio, à discriminação.**

**A instrumentalização e o oportunismo demagógico que o levam a recorrer a todas as armas com apenas um intuito: assegurar a sua própria sobrevivência política.**

Em entrevista à revista "Visão", o dr. Paulo Portas, depois de um longo silêncio mediático (porque será?), resolveu deixar-nos algumas das suas habituais pérolas. Tudo temperado com o seu ridículo estilo em rima e o mais bafiento dos ultramontanistas, combinado com os olhos em alvo e as caretas autocomplacentes que, como recordava recentemente Paulo Varela Gomes, os Paulos Portas deste mundo tomam como poses de Estado. Entre diversas coisas, ficámos a saber que o dr. Portas é um "eurocalmo", o que poderá indiciar que antes terá sido um "eurocéptico-excitado"; que existe não um, mas, sim, dois eixos do mal, talvez estejamos em presença da versão sofisticada e intelectualizada dos bushismos e, pasme-se, que tem provas racionais e positivistas de que a nossa Senhora existe. Mas, surpresa das surpresas, como se tal não bastasse, ficamos a saber que ela é portuguesa e que é de Fátima. Tal afirmação é, desde já, espantosa, mas, se a esta acrescentarmos que o que nos livrou dos danos colaterais do "Prestige" foi a identidade e o patriotismo da nossa senhora, então estamos, simultaneamente, no domínio do risível e do politicamente grave. Como o próprio dr. Portas afirma, "Portugal, na crise do "Prestige", (...) foi muito ajudado por aquilo que (...) acho que foi uma intervenção de Nossa Senhora. (...) Havia uma espécie de 'tortura doméstica' em que me parecia que alguns sectores sopravam a mancha para que chegasse cá... Mas nossa senhora foi mais forte" (sic).

Estamos claramente no domínio do risível. Em primeiro lugar, porque se coloca em causa um suposto internacionalismo, ou será ubiquidade, da nossa senhora. Então e os crentes galegos? Que lhes recomenda agora o Dr. Portas, que se entreguem ao Islamismo? Em segundo lugar, devem os portugueses manter-se crentes acaso sofram algum cataclismo ambiental?

Mas, e isso é que é preocupante, estamos no domínio do politicamente muito grave. Em primeiro lugar, porque a um ministro fica muito mal, mas mesmo muito mal, fazer graçolas ou profissões de fé deste tipo. O respeito pela liberdade religiosa e pela vontade individual de professar uma religião não se compadecem com a mistura entre questões muito sensíveis e de enorme gravidade e dimensões religiosas que são do domínio absolutamente privado. É o tipo de fronteira que em democracia não deve ser ultrapassada.

Em segundo lugar, porque as referências políticas, ainda que patéticas e ridicularizáveis, a questões religiosas exacerbam uma polarização e uma clivagem em torno da questão religiosa que de nada serve à democracia portuguesa. A instrumentalização desta questão é mais um exemplo de uma apropriação demagógica e populista de dimensões que deveriam desaparecer do mapa político. Aliás, não tenhamos dúvidas, o Dr. Portas quando faz estas referências despudoradas está absolutamente consciente do efeito das suas palavras e de como, subliminarmente, estas lhe garantem um nicho de mercado.

Em terceiro lugar, porque estamos em face de um exemplo acabado do fenómeno NIMB (not in my backyard). Ficamos a saber que para o dr. Portas é motivo de regozijo que o crude do Prestige não tenha vindo parar a Portugal. A ideia parece ser, que se lixem os espanhóis, desde que o mal não

# E O DR. PORTAS, EXISTE?



**PEDRO ADÃO E SILVA**

chegue ao meu quintal. Ora, em última análise, é absolutamente irrelevante onde é que o crude é derramado. É uma tragédia onde quer que ocorra e afecte quem quer que seja. Aliás, o mal dos outros hoje, pode ser o nosso mal amanhã, pelo que convém não empenhar excessivamente a imagem da nossa senhora neste processo.

Em quarto lugar, o dr. Portas ao afirmar que existiam alguns sectores que "sopravam a mancha para que chegasse cá" lança sem nomear um inaceitável anátema de um maniqueísmo nojento, quando pelos vistos o próprio é que dá graças à nossa senhora por ter soprado a mancha para a Galiza. Sobre o que deveria ter sido feito para que a situação fosse evitada e o que, de futuro, deve ser feito para que casos destes não se repitam, nada é dito.

É, de facto, espantoso, como nesta questão vem ao de cima muitos dos traços da intervenção política do dr. Portas. A instrumentalização e o oportunismo demagógico que o levam a recorrer a todas as armas com apenas um intuito: assegurar a sua própria sobrevivência política. Este dr. Portas existe mesmo e é ministro de Estado e líder de um partido extremista que faz parte da coligação que governa o país. Uma coligação sem rumo e que responsabiliza sempre o passado pelas suas próprias incapacidades. Uma coligação que apresenta pacotes repetidos e vazios para o futuro, mas que no presente deixa os portugueses nas ruas da amargura. Um Governo que tem feito tudo para aumentar a conflitualidade social estéril e as clivagens em Portugal. Tudo porque, como ensinam as palavras do dr. Portas, a sobrevivência presente é a única tática. Vale sempre tudo.

**Teremos de avançar com audácia, no sentido de tornar a União Europeia um lugar onde todos tenham lugar, que possa avançar segundo a vontade dos Estados e dos cidadãos – em conjunto e com cooperações reforçadas.**

Por entre os ventos de guerra, a Convenção Europeia começou a discutir o texto da proposta de Constituição europeia. Acontece, porém, que este exercício é feito pela primeira vez – e a verdade é que se torna indispensável deixar claro para os cidadãos europeus o que está em causa e que o resultado deverá sempre tê-los em consideração. No fundo, a nova Constituição europeia não poderá deixar de se centrar na resposta aos anseios dos europeus e na exigência de lhes dar uma União que sintam como sua, de que se sintam próximos e que seja descentralizada e baseada numa cultura de responsabilidade. A Convenção distingue-se claramente da Convenção de Filadélfia (1787). Agora não está em causa o nascimento de uma nação, mas sim a consolidação da União Europeia, enquanto união de Estados livres e soberanos, realizada no momento em que ocorre o maior alargamento da história comunitária. Afinal, a União deve reforçar-se e ser dotada de órgãos legítimos e eficazes, que garantam a defesa dos valores e interesses comuns europeus. O debate sobre a nova Constituição da UE tem lugar, porém, num momento de crise e de incerteza. O trabalho da Convenção não poderá, por isso, ser neutral. Daí que os ecos do pensamento de James Madison devam ser recordados – em nome da separação de poderes de Montesquieu e das duas legitimidades em causa, a dos Estados e a dos cidadãos. Estados, que devem ser vistos em pé de igualdade, por exemplo num futuro Senado onde os membros tenham representação paritária ou no exercício igualitário de poderes legislativos no Conselho. Afinal, não há apenas uma lógica populacional por referência aos Estados. Há, cada vez mais, a necessidade de deixar clara para o cidadão anónimo a ideia de que a construção europeia não deve deixar sentimentos de perda ou de frustração. A Convenção acaba de discutir os primeiros 16 artigos, que abordam: a definição e os objectivos da União (1 a 4), os direitos fundamentais e a cidadania (5 a 7); e as competências (8 a 16). Neste primeiro debate na especialidade ressaltou, como seria natural, a questão da natureza da União e dos "moldes federais" da sua organização. É preciso dizer, porém, que esta última referência é de método, como referiu Valéry Giscard d'Estaing. Não se trata de qualificar a União como Federação, mas de apelar ao conhecido método comunitário. Nesse sentido, na proposta que subscrevi com todos os representantes da Assembleia da República de Portugal não pusemos em causa o método comunitário (que entendemos ser fundamental), nem nos pronunciamos sobre a questão federal. De facto, não estamos perante

# OS EUROPEUS CHAMADOS À PRIMEIRA LINHA

uma questão nominalista, nem devemos ficar numa posição puramente defensiva. Aliás, entendo que a Constituição Europeia se deve referir à União "tout court", assim se recusando a centralização e a lógica de um Super-Estado. Prefiro, por isso, falar de União de Estados livres e soberanos e de Povos e cidadãos empenhada na construção de uma "democracia supranacional". A democracia é a pedra angular. Por isso mesmo, subscrevi a proposta no sentido de dar à Carta Europeia dos Direitos Humanos um lugar inequivocamente central na nova Constituição – para que não haja qualquer dúvida para o cidadão comum sobre as garantias democráticas, sobre o primado da lei e do Direito, sobre a limitação dos poderes e sobre o respeito dos princípios da proximidade e da proporcionalidade. Tudo isto tem de ficar claro. Teremos de avançar com audácia, no sentido de tornar a União Europeia um lugar onde todos tenham lugar, que possa avançar segundo a vontade dos Estados e dos cidadãos – em conjunto e com cooperações reforçadas. Temos de evitar uma posição conservadora, que só legitimará o centralismo, os interesses instalados e poderá abrir a porta ao directório, de mansinho. Cuidemos, por isso, da democracia supranacional. Eis o principal!



**GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS**

# A SEMANA PREVISTA

Realiza-se hoje uma reunião da Comissão Política Nacional do Partido Socialista que terá como agenda de trabalhos a análise da situação política e a aprovação do regulamento de quotizações. As posições do partido em reacção à revisão do sistema político e o quadro de guerra no Iraque são matérias em destaque.

Também hoje Ferro Rodrigues recebe em audiência os embaixadores de Espanha e França, e na sexta-feira a direcção do PCP.

No âmbito do Dia Internacional da Mulher, Ferro Rodrigues reúne-se com a direcção do Departamento das Mulheres Socialistas, na sede do Largo do Rato.

O Gabinete de Estudos, realiza no próximo dia 12, em Lisboa, uma reunião de trabalho sobre igualdade de género.

Joaquim Raposo, candidato à liderança da FAUL, apresenta hoje, no Hotel Altis, a sua moção de estratégia "Federação de Lisboa: Metrópole Europeia e Atlântica".

A Câmara Municipal de Santo Tirso organiza a partir de amanhã, no Museu Municipal Abade Pedrosa, uma exposição de carácter pedagógico sobre os Descobrimientos, intitulada "As viagens portuguesas e o encontro das civilizações".

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

**FINISTERRA**  
Revista de Reflexão e Crítica

**A ESQUERDA NA ENCRUZILHADA**

Esquerda na Encruzilhada no fim do Portugal

A Política e Program de Saúde

Os Problemas do Espaço

A Esperança do Portugal

Clarear

**FINISTERRA**  
Revista  
de Reflexão  
e Crítica

**ff** *Fundação José Fontana*  
Instituição de Utilidade Pública

## ACCÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

**FUNDAÇÃO ANTERO DE QUINTAL**  
TEL. 21 304 17 80  
faq@oninet.pt

**FUNDAÇÃO JOSÉ FONTANA**  
TEL. 21 301 38 08 / 21 301 39 09  
fjj@mail.telepac.pt

**FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES**  
TEL. 21 396 41 79 / 21 396 41 56  
osita@fmssoares.pt

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA  
DE RADIODIFUSÃO**  
TEL. 21 301 69 99 / 21 301 54 53  
apr@lp.pt

**FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT**  
TEL. 21 357 33 75  
np42ye@mail.telepac.pt

**FUNDAÇÃO GULBENKIAN**  
TEL. 21 782 30 00  
info@gulbenkian.pt

**FUNDAÇÃO ORIENTE**  
TEL. 21 358 52 00  
fundoriente@foriente.pt



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

### FICHA TÉCNICA

Director **Augusto Santos Silva**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**  
silvinogilva@partido-socialista.pt

Redacção **J.C. Castelo Branco**  
castelobranco@partido-socialista.pt  
**Mary Rodrigues**  
maryr@partido-socialista.pt  
**Paulo Pisco**

Secretariado **Virginia Damas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**  
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**  
**José Raimundo**  
**Francisco Sandoval**

Internet **www.ps.pt/acciao**  
E-mail **Accao.Socialista@partido-socialista.pt**

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**  
**Restelo - 1400-091 Lisboa**  
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**  
**Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa**